



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Escrevente Técnico Judiciário

EDITAL DE ABERTURA N.º 02/2025 –
CONCURSO PÚBLICO

CÓD: OP-005AG-25
7908403578672



ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada à organização de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopção.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Penal	31
3. Direito Processual Penal	39
4. Direito Processual Civil.....	51
5. Direito Constitucional;	63
6. Direito Administrativo.....	75
7. Legislação Interna	87
8. Matemática.....	95
9. Informática.....	109
10. Raciocínio Lógico	125

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

O desafio

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na formulação de opiniões. Meu texto de hoje tem dois objetos: um é de memória de um centenário, outro é uma metodologia de pensamento.

Começo pela metodologia. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. O indivíduo é um evangélico fervoroso e, por causa da sua fé, evita ler um bom texto do Papa Francisco, por exemplo. Obviamente, o mesmo ocorre com o católico convicto em relação a outros credos.

Existem os que conhecem algo de uma referência, porém apenas tomaram contato com trechos, excertos, frases perdidas. Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. Como na parábola dos cegos que apalpam um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja a de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar em seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba.

Passemos ao centenário e à união dos dois temas. A 19 de setembro de 1921, ou seja, há cem anos, nascia o recifense Paulo Reglus Neves Freire. Filho de classe média urbana, enfrentou dificuldades, porém seguiu o curso de Direito e começou a lecionar português. Seu olhar agudo esbarrava em um grande problema do Brasil: a alfabetização de adultos. Os métodos tradicionais causavam desistência. Apenas para dar uma breve indicação do tamanho do desafio: em 1906, de cada mil habitantes do Estado de Pernambuco, 193 eram alfabetizados e 807 analfabetos. Na área aproximada da então capital Rio de Janeiro, a alfabetização ultrapassava 50% da população. Éramos um país rural e com poucos leitores. Deixamos de ser um país rural...

O quadro foi mudando lentamente ao longo do século 20, sem nunca ter conseguido eliminar a gravidade do analfabetismo. Como construir uma sociedade produtiva e minimamente justa com analfabetismo, letramento imperfeito, dificuldades estruturais de leitura e de interpretação de texto?

Paulo Freire concebeu um modelo de alfabetização novo. Partiu do universo dos alunos em um célebre experimento com cortadores de cana. Empoderou os alunos que deixaram de ser receptores passivos de uma escola informativa, baseada na memória e com autoridade do professor. Escreveu sobre alguns dos seus fracassos que motivaram aperfeiçoamentos no método.

(Leandro Karnal. *O Estado de S. Paulo*, 19 de setembro de 2021. Adaptado)

Na passagem – Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. – o termo destacado está empregado como

- (A) adjetivo, e refere-se à pouca atenção que as pessoas dedicam à leitura da Bíblia e das obras de Platão.
- (B) substantivo, e retoma o sentido da concepção que o evangélico e o católico têm das obras do Papa.
- (C) adjetivo, e qualifica os leitores evangélicos e os católicos como maus leitores da Bíblia.
- (D) advérbio, e intensifica o mal que a divergência de ideias da Bíblia e de Platão exerce sobre os homens.
- (E) substantivo, e reporta à ideia de que nem a obra de Platão nem a Bíblia são lidas na íntegra.

2. (2024)

Leia o texto para responder à questão.

Com seu milhão e meio de habitantes, Santiago está do tamanho em que uma cidade **já não tem a monotonia de uma cidade pequena** e ainda não tem os problemas aflitivos de uma cidade grande. Vida social animadíssima, todo mundo parece gostar de se reunir, beber (muito) e principalmente dançar. Como dança o chileno! Não é um nem ou-

tro, é todo mundo que dança, bem ou mal, gordo ou magro, moço ou velho, e muito, e com uma grande alegria. Para mim, que danço muito mal, o Chile tem esta vantagem: aqui, se me dá na veneta, posso dançar à vontade, porque todo mundo está dançando e ninguém repara no sem-jeito. A vida noturna é relativamente animada e, em comparação com o custo da vida, muitas vezes mais barata que no Brasil, o país das boas caríssimas.

Os santiaguinos se queixam às vezes do transporte difícil, das complicações e problemas da vida urbana... Queixam-se de barriga cheia. Para quem vem do Rio, tudo aqui é fácil e ameno, encontrar o ônibus elétrico, o ônibus, o pequeno lotação que eles chamam de liebre, o táxi muito mais barato que no Brasil. E também arrumadeira, cozinheira, jardineiro que vem uma vez por semana – porque a grande, a pequena burguesia de Santiago se dá ao luxo de viver em casas, com jardim, quintal, galinheiro. Mora em apartamento quem quer, ou quem deseja viver exatamente no centro; os bairros residenciais são perto do centro e são bem arborizados, com seus largos canteiros de grama no passeio, com pequenas pracinhas ajardinadas de vez em quando – com muito mais verde, muito mais sossego e beleza, muito mais espaço que o bairro mais grã-fino do Rio de hoje, aquele que fica além do canal do Leblon. Há, certamente, como também no Brasil, muita miséria nos bairros pobres, e o frio faz a pobreza mais dolorosa; mas a classe média tem muito mais conforto e mais folga. Por isso, talvez, o homem da rua seja tão delicado, tão cordial, tão gentil para qualquer forasteiro, e tão frequentemente faz uma observação engraçada e amiga – assim como era o carioca há uns vinte e tantos anos.

(Rubem Braga. *Cidade*. <https://cronicabrasileira.org.br>, 28.04.1955. Adaptado)

No trecho "... já não tem a monotonia de uma cidade pequena...", pequena pertence à mesma classe de palavras que a destacada em:

- (A) ... é todo mundo que dança, bem ou mal, gordo ou magro, moço ou velho, e muito, e com uma grande **alegria**.
 (B) Para mim, que danço **muito** mal, o Chile tem esta vantagem: aqui, se me dá na veneta, posso dançar à vontade...

(C) A vida noturna é relativamente animada e, em comparação com o custo da vida, muitas vezes mais **barata** que no Brasil...

(D) Para quem vem do Rio, tudo **aqui** é fácil e ameno, encontrar o ônibus elétrico, o ônibus, o pequeno lotação...

(E) ... com muito mais verde, muito mais **sossego** e beleza, muito mais espaço que o bairro mais grã-fino do Rio de hoje...

3. (2025)

Leia o texto para responder à questão.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo anunciou a venda de sete imóveis no centro de São Paulo. O objetivo é arrecadar R\$ 200 milhões e quitar parte dos R\$ 650 milhões em dívidas da instituição. Trata-se de um paliativo que não estancará o sangramento sofrido não apenas pela Santa Casa de São Paulo, mas por toda a rede de hospitais filantrópicos do País em razão do subfinanciamento crônico imposto pela incúria do poder público e o oportunismo de seus agentes.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamentalmente um serviço público prestado por entes privados. Hospitais estatais são, em geral, insuficientes, ineficientes e caros. As Santas Casas e os hospitais filantrópicos respondem por quase metade dos leitos do SUS. Em quase 900 municípios, essas entidades são o único serviço de saúde. Segundo a Confederação das Santas Casas (CMB), em 2023 a rede pública foi responsável por apenas 27% das internações de alta complexidade do País, enquanto os hospitais filantrópicos responderam por 61%. Mas esses hospitais são vitimados pelo próprio sucesso.

Em teoria, o SUS seria um exemplo de cooperação entre o público e o privado para outros serviços públicos do País e para sistemas de saúde de todo o mundo: o Estado recolhe o dinheiro do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos com o alcance e a expertise que ele não tem, garantindo a prestação de serviços de qualidade a todos os cidadãos. Mas como, na prática, os repasses não cobrem os serviços, os hospitais são obrigados a pagá-los.

Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. Hoje, os repasses não cobrem mais que 50% do custo dos procedimentos. Segundo a CMB, em 18 anos a dívida desses hospitais dobrou. Muitos não resistiram à pressão.

Estima-se que, entre 2017 e 2021, 500 Santas Casas fecharam as portas. Na maior parte do País, em especial nas regiões mais carentes, o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal.

Há uma luz no fim do túnel. No início de 2024 finalmente foi sancionada uma lei federal estabelecendo a revisão periódica da tabela. A proposta da CMB é que a partir de 2025 o reajuste corresponda, no mínimo, ao valor da inflação médica. Não é suficiente para recompor as perdas de anos de hemorrhagia financeira, mas ao menos a estancaria.

(O Estado de SP. "Luz no fim do túnel para as Santas Casas". Disponível em: <https://www.estadao.com.br>, 06.11.2024. Adaptado.)

O trecho "... o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal." (4º parágrafo) está corretamente reescrito, preservando seu sentido, em:

- (A) ... o sistema está ruindo aos poucos, mas o colapso pode ser súbito e brutal, caso continue assim.
- (B) ... o sistema está ruindo aos poucos, porque o colapso pode ser súbito e brutal, para continuar assim.
- (C) ... o sistema está ruindo aos poucos, porém o colapso pode ser súbito e brutal, apesar de continuar assim.
- (D) ... o sistema está ruindo aos poucos, logo o colapso possa ser súbito e brutal, ainda que continue assim.
- (E) ... o sistema está ruindo aos poucos, então o colapso pode ser súbito e brutal, de modo que continue assim.

4. (2024)

Leia o texto para responder à questão.

O chá, os fantasmas, os ventos encanados

Nasci no tempo dos ventos encanados, quando, para evitar compromissos, a gente dizia estar com enxaqueca, palavra horrível mas desculpa distinta. Ter enxaqueca não era para todos, mas só para essas senhoras que tomavam chá com o dedo mindinho espichado. Quando eu via aquilo, ficava a pensar sozinho comigo (menino, naquele tempo, não dava opinião) por que é que elas não usavam, para cúmulo da elegância, um laçarote azul no dedo...

Também se falava misteriosamente em "moléstias de senhoras" nos anúncios farmacêuticos que eu lia. Era decerto uma coisa privativa das senhoras, como as enxaquecas, pois as criadas, essas, não tinham tempo para isso. Mas, em compensação, me assustavam deliciosamente com histórias de assombração. Nunca me apareceu nenhuma.

Pelo visto, era isso: nunca consegui comunicar-me com este nem com o outro mundo. A não ser através d'O tico-tico e da poesia de Camões, do qual até hoje me assombra este verso único: "Que o menor mal de tudo seja a morte!"

Pois a verdadeira poesia sempre foi um meio de comunicação com este e com o outro mundo.

(Mario Quintana. *Da preguiça como método de trabalho*, 2013. Adaptado)

Na passagem – Era **decerto** uma coisa privativa das senhoras, **como** as enxaquecas, **pois** as criadas, essas, não tinham tempo para isso. –, os termos destacados expressam, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) afirmação; finalidade; consequência.
- (B) intensidade; causa; consequência.
- (C) afirmação; exemplificação; explicação.
- (D) dúvida; conformidade; conclusão.
- (E) intensidade; conformidade; explicação.

5. (2024)

Liberdade adiada

Sentia-se cansada. A barriga, as pernas, a cabeça, o corpo todo era um enorme peso que lhe caía irremediavelmente em cima. Esperava que a qualquer momento o coração lhe perfurasse o peito, lhe rasgasse a blusa.

Como seria o coração?

Teria mesmo aquela forma bonita dos postais coloridos?

... Será que as dores deformam os corações?

Pensou em atirar a lata de água ao chão, esparramar-se no líquido, encharcar-se, fazer-se lama, confundir-se com aqueles caminhos que durante anos e mais anos lhe comiam as solas dos pés, lhe queimavam as veias, lhe roubavam as forças.

Imaginou os filhos que aguardavam e já deviam estar acordados. Os filhos que ela odiava! Não. Não voltaria para casa.

O barranco olhava-a, boca aberta, num sorriso irresistível, convidando-a para o encontro final.

Conhecia aquele tipo de sorriso e não tinha boas recordações dos tempos que vinham depois. Mas um dia havia de o eternizar. E se fosse agora, no instante que madrugava? A lata e ela, para sempre, juntas no sorriso do barranco.

Gostava de sua lata de carregar água. Tratava bem a lata. Às vezes, em momentos de raiva ou simplesmente indefinidos, areava uma, dez, mil vezes, até que sua lata ficava a luzir e a cólera, ou a indefinição se perdiam no brilho prateado. Com o fundo de madeira que tivera que mandar colocar, ficou mais pesada, mas não eram daí os seus tormentos.

À borda do barranco, com a lata de água à cabeça e a saia batida pelo vento, pensou nos filhos e levou as mãos ao peito. O que tinha a ver os filhos com o coração? Os filhos... Como ela os amava, Nossenhora!

Apressou-se a ir ao encontro deles. O mais novo devia estar a chamar por ela.

Correu deixando o barranco e o sonho de liberdade para trás.

(Dina Salústio. Mornas eram as noites. Adaptado)

Considere as passagens:

— Imaginou os filhos que aguardavam e já deviam estar acordados. Os filhos que ela odiava!

— Tratava bem a lata.

Quanto ao emprego de pronomes e à colocação pronominal, as reescritas das passagens atendem à norma-padrão em:

(A) Imaginou os filhos que a aguardavam e já deviam estar acordados. Odiava-os! / Tratava-a bem.

(B) Imaginou os filhos que aguardavam-na e já deviam estar acordados. Lhes odiava! / Tratava ela bem.

(C) Imaginou os filhos que lhe aguardavam e já deviam estar acordados. Os odiava! / A tratava bem.

(D) Imaginou os filhos que aguardavam-lhe e já deviam estar acordados. Odiava-lhes! / Tratava-na bem.

(E) Imaginou os filhos que aguardavam-la e já deviam estar acordados. Odiava-os! / Tratava-a bem.

6. (2024)

Na última reunião de pais no colégio, a professora de um dos meus filhos fez um apelo: “Por favor, peçam a seus filhos para lerem mais em casa, porque as leituras que fazemos na escola não são suficientes”. Fui obrigada a concordar com ela e saí disposta a colaborar. **Mas a lição de casa tem se revelado árdua** com tantos jogos, telas e recursos digitais disponíveis a um clique. Em muitas famílias, fazer crianças e adolescentes focarem apenas no bom e velho livro virou desafio hercúleo hoje em dia.

E é justamente dele que trata o livro *Faça-os ler! Para não criar cretinos digitais*, do neurocientista francês Michel Desmurget. No livro, o autor apresenta pesquisas, feitas em países europeus, que sustentam, entre outros pontos, que os “nativos digitais” podem ser os primeiros filhos a ter QI inferior ao dos pais.

Segundo o autor, o abandono da leitura pelas novas gerações tem consequências não só no desempenho escolar, como também no vocabulário, na estruturação do pensamento, na nutrição da memória e na apropriação de conhecimentos complexos. A troca do livro pelo uso massivo de telas também está ligada a prejuízos no sono e na aquisição da linguagem, problemas de concentração e aumento da ansiedade e do risco de obesidade.

Esse recuo generalizado da leitura é sentido de forma mais marcante no meio universitário. Desmurget destaca em seu novo livro que pesquisas mostram que muitos estudantes sabem que é importante ler, sabem que os professores esperam que eles leiam e sabem que isso terá impacto em suas notas. Mesmo assim, não leem. Penso que aí o problema se agrava muito, porque os não leitores de hoje serão os professores de amanhã.

Desmurget defende que é hora de demonstrar que a leitura “por prazer” de maneira alguma constitui uma prática elitista, reservada a alguns privilegiados eruditos, mas é, sim, uma necessidade urgente de desenvolvimento para as crianças. Só há um problema: o gosto pela leitura não é inato. Ou seja, não brota espontaneamente em todos os seres humanos – precisa, em vez disso, ser transmitido. E aí nada como os pais – ou cuidadores – para assumir essa missão.

“Vasculhei a literatura científica em todas as direções e não encontrei um antídoto melhor para a estupidificação das mentes do que a leitura”, escre-

DIREITO PENAL

1. (2023)

A falsificação de selo destinado a controle tributário configura crime de

- (A) falsificação do selo ou sinal público.
- (B) falsificação de cartão.
- (C) reprodução ou adulteração de selo.
- (D) petrechos de falsificação.
- (E) falsificação de papéis públicos.

2. (2024)

A respeito do crime de petrechos de falsificação, previsto no artigo 294 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É crime próprio de funcionário público.
- (B) É crime de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- (C) Tem por objeto material o objeto (instrumento) destinado à falsificação de papéis públicos e particulares.
- (D) Admite a modalidade culposa.
- (E) É crime instantâneo e inadmite tentativa.

3. (2023)

Crime que tem a pena aumentada quando cometido por funcionário público que se prevalece do cargo:

- (A) falsidade de atestado médico.
- (B) falsidade material de atestado ou certidão.
- (C) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.
- (D) falsificação do selo ou sinal público.
- (E) falsificação de documento particular.

4. (2024)

Caio, comerciante, contratou Mévia para trabalhar como recepcionista na loja de sua propriedade, tendo procedido à anotação do contrato de trabalho na carteira profissional, mas com remuneração menor à efetivamente paga. Tício alterou o número do chassi constante do documento de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo. Seprônia, em petição protocolizada em processo em que atua como advogada, afirmou de forma inverídica a hipossuficiência de Mévio, seu cliente, para o fim

da concessão da justiça gratuita. Mévio, por sua vez, cliente de Seprônia, firmou declaração inverídica de hipossuficiência, para instruir pedido de justiça gratuita.

Com base nas situações hipotéticas, assinale a alternativa correta.

- (A) Seprônia, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento público.
- (B) Mévia, em tese, ao permitir a anotação de informação não verdadeira em sua carteira profissional, incorreu no crime de falsidade ideológica, em coautoria com Caio.
- (C) Caio, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento particular, na modalidade omissiva, já que deixou de anotar a correta remuneração de Mévia.
- (D) Mévio, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento particular.
- (E) Tício, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento público.

5. (2023)

Para participar de um concurso de miss que admitia apenas mulheres com idade superior a 21 anos, como sempre aparentou ser mais velha, Margot alterou, em sua carteira de identidade, sua data de nascimento, aumentando a sua idade para 22 anos, quando ela possuía apenas 18, e apresentou este documento quando do ingresso no concurso.

Com referência aos crimes contra a fé pública, Margot praticou o crime de

- (A) falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal.
- (B) falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.
- (C) falsidade de documento particular, previsto no artigo 298 do Código Penal.
- (D) falsidade de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal.
- (E) supressão de documento, previsto no artigo 305 do Código Penal.

6. (2022)

Constitui crime contra a Previdência

- (A) inserir ou fazer inserir, em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (B) deixar de recolher as contribuições previdenciárias durante licença sem vencimentos.
- (C) negar publicidade acerca de informação pessoal de beneficiário, constante de processo administrativo previdenciário.
- (D) divulgar dados relativos aos valores pagos aos beneficiários de regime de previdência.
- (E) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.

7. (2024)

O fato do sujeito ativo ser agente público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo é causa de aumento de pena no crime de

- (A) falsidade ideológica.
- (B) falsidade de atestado médico.
- (C) supressão de documento público.
- (D) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (E) certidão ou atestado ideologicamente falso.

8. (2022)

Sobre os crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, é correto afirmar:

- (A) com exceção do crime de falsa moeda, previsto no art. 289, § 2º, do CP, todos os demais inadmitem a modalidade culposa.
- (B) no crime de falso reconhecimento de firma ou letra, previsto no art. 300, do CP, a condição de funcionário público do agente é causa de aumento da pena.
- (C) o crime de certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no art. 301, do CP, e o crime de falsidade material de atestado ou certidão, previsto no § 1º, do citado artigo do CP, são próprios de funcionário público.
- (D) o crime de atribuir-se falsa identidade, previsto no art. 307, do CP, e o crime de uso de documento de identidade alheia, previsto no art. 308, do CP, são apenados de forma idêntica.
- (E) no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299, do CP, incidirá causa de aumento da pena, de sexta parte, se a falsificação é de assentamento civil.

9. (2024)

A, escrevente do cartório de notas, reconheceu como verdadeira a firma de B, em documento público, mesmo sabendo da sua falsidade. A conduta de A configura crime de

- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
- (B) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) certidão ou atestado ideologicamente falso.

10. (2024)

O crime de falsidade de atestado médico, previsto no art. 302 do CP,

- (A) só pode ser cometido por médico.
- (B) só pode ser cometido por médico, médico veterinário ou estudante de uma dessas duas medicinas.
- (C) só pode ser cometido por quem não é médico, tendo em vista que o atestado emitido por médico não há como ser considerado falso.
- (D) consuma-se no momento em que o sujeito aufera a vantagem indevida que o atestado proporciona.
- (E) está inserido no capítulo dos crimes contra a saúde pública.

11. (2024)

Aquele que faz uso de documento público falso comete o crime de

- (A) falsificação de documento público, cuja pena mínima é de cinco anos de reclusão e multa.
- (B) falsificação de documento particular, cuja pena mínima é de um mês de reclusão ou multa.
- (C) uso de documento falso, cujas penas são as mesmas cominadas à falsificação do documento público utilizado.
- (D) supressão de documento, cuja pena mínima é de cinco anos de reclusão e multa.
- (E) falsa identidade, cuja pena mínima é de quatro meses de detenção ou multa.

12. (2022)

Com relação aos crimes contra a fé pública, é **correto** afirmar que

- (A) a falsificação grosseira, que descaracteriza o crime de falso, é aquela reconhecível *ictu oculi*, percebida por toda e qualquer pessoa que manuseie o documento.
- (B) o uso do documento falso, pelo próprio falsificador, implicará a sua responsabilização pelo crime de uso de documento falso e o de falsificação de documento, em concurso material.
- (C) a falsidade material trata de alteração no conteúdo do documento, mantendo-se sua forma.
- (D) o crime de falsidade ideológica, em documento público, admite a modalidade culposa.
- (E) nos crimes de falsidade ideológica, é imprescindível a realização de perícia no documento, não se admitindo outros meios de prova.

13. (2024)

Mévia, advogada, cedeu a Tícia, sua irmã gêmea, a carteira profissional da OAB, para ela ingressar no presídio, passando-se por advogada, a fim de visitar, quando quisesse, o namorado que se encontrava preso. Tícia, de fato, usou o documento profissional de Mévia, por várias vezes, sendo descoberta na última vez.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Tícia incorreu no crime do artigo 308, do Código Penal (uso de documento de identidade alheia). Mévia não incorreu em qualquer crime, por ausência de previsão típica para a cessão de documento de identidade a outrem.
- (B) Tícia incorreu no crime do artigo 307, do Código Penal (falsa identidade). Mévia não incorreu em qualquer crime, por ausência de previsão típica para a cessão de documento de identidade a outrem.
- (C) Mévia e Tícia não incorreram em qualquer crime, visto que o uso de documento de identidade alheia e falsa identidade, para se caracterizar como crime, exige vantagem patrimonial indevida.
- (D) Mévia e Tícia incorreram no crime do artigo 307, do Código Penal (falsa identidade).
- (E) Mévia e Tícia incorreram no crime do artigo 308, do Código Penal (uso de documento de identidade alheia).

14. (2024)

Sobre os crimes contra a administração pública, contra a fé pública e crimes contra as finanças públicas, é **correto** afirmar que

- (A) todos são praticados mediante dolo, com exceção do crime de peculato.
- (B) os crimes contra as finanças públicas são crimes comuns, com exceção do crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, que somente pode ser praticado pelo agente público em exercício de mandato eleitoral.
- (C) os crimes contra a administração pública são formais ou de mera conduta, que independem de resultado naturalístico para se caracterizar, com exceção do crime de peculato.
- (D) os crimes de falsificação de documento público, de falso reconhecimento de firma ou letra e falsificação de sinal público são próprios de funcionários públicos.
- (E) os crimes praticados por particular contra a administração pública, para se caracterizar, exigem a ocorrência de prejuízo econômico, com exceção dos crimes de resistência e desacato.

15. (2024)

Mévio é funcionário público e a sua principal responsabilidade é gerir o setor de armazenamento de suprimentos e bens da Prefeitura do Município de Cidade Feliz. No dia 22 de dezembro de 2023, Mévio, em razão de seu cargo, recebeu uma grande quantidade de notebooks adquiridos pela Prefeitura, os quais seriam disponibilizados a outros funcionários públicos no início do ano seguinte, a fim de que fossem utilizados no exercício de suas funções públicas. Contudo, Mévio, em razão da proximidade do Natal, de forma livre e consciente, apropriou-se de um dos notebooks que estava sob a sua posse para presentear o seu filho mais velho.

É **correto** afirmar que Mévio

- (A) não praticou nenhum crime, haja vista que o notebook foi desviado para terceiro, no caso, o seu filho mais velho.
- (B) praticou o crime de concussão.
- (C) praticou o crime de peculato na modalidade culposa. Contudo, Mévio não precisará cumprir pena se reparar o dano à Prefeitura de Cidade Feliz depois do trânsito em julgado da condenação criminal.

(D) praticou o crime de peculato na modalidade dolosa.

(E) praticou o crime de prevaricação.

16. (2024)

A respeito da reparação do dano no crime de peculato, assinale a alternativa correta.

(A) Extingue a punibilidade, no peculato culposo, quando feita antes da sentença irrecorrível. Se feita posteriormente, implica diminuição da pena, da metade.

(B) Extingue a punibilidade, no peculato culposo, e implica diminuição da pena, da metade, no peculato mediante erro de outrem, desde que feita antes da sentença irrecorrível.

(C) Extingue a punibilidade, no peculato culposo, e implica diminuição da pena, da metade, no peculato mediante erro de outrem, desde que feita antes da denúncia.

(D) Extingue a punibilidade, no peculato culposo e no peculato mediante erro de outrem, desde que feita antes da sentença irrecorrível.

(E) Extingue a punibilidade, no crime de peculato mediante erro de outrem, desde que feita antes da denúncia. Se feita posteriormente, implica diminuição da pena, da metade.

17. (2023)

O funcionário público que desvia em proveito alheio um bem particular de que tem a posse em razão do cargo, comete crime

(A) de apropriação indébita (CP, artigo 168).

(B) de peculato (CP, artigo 312, caput).

(C) de corrupção passiva (CP, artigo 317).

(D) de prevaricação (CP, artigo 319).

(E) contra as finanças públicas (CP, artigo 359-A).

18. (2023)

Imagine que um funcionário público tenha a posse de um automóvel particular, em função do cargo que exerce. Imagine, ainda, que tendo ciência de que o proprietário do automóvel faleceu, o funcionário apropria-se de tal bem. É correto afirmar que houve

(A) peculato.

(B) concussão.

(C) prevaricação.

(D) conduta atípica, passível de apuração na esfera funcional.

(E) excesso de exação.

19. (2023)

Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

(A) O crime de peculato é descrito como apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

(B) O crime de feminicídio culposo possui pena de detenção e causa de aumento de pena.

(C) O crime de prevaricação é o único que possui modalidade culposa dos crimes contra a administração.

(D) O crime de roubo é descrito como constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

(E) Todos os crimes contra o patrimônio possuem qualificadoras.

20. (2022)

Nos termos do Código Penal e no que concerne ao crime de peculato culposo, é **correto** afirmar que a reparação do dano

(A) se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

(B) se posterior à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

(C) se precede à sentença irrecorrível, extingue a culpabilidade.

(D) se posterior à sentença recorável, extingue a punibilidade.

(E) se posterior à sentença recorável, extingue a culpabilidade.

21. (2022)

A conduta do funcionário público que desvia em proveito de terceiro bem móvel particular, do qual tem a posse em razão do cargo, configura

(A) peculato.

(B) favorecimento real.

(C) apropriação indébita.

(D) favorecimento pessoal.

(E) advocacia administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2024)

Caio, magistrado, casou-se, em abril de 2024, com Mévia, filha de Tércio, perito judicial. Posteriormente ao casamento, Caio verificou que Tércio atuou como perito judicial em processos que estão sob sua jurisdição.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funciona como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.

(B) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atua como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.

(C) Ainda que venha a se divorciar de Mévia, Caio não poderá exercer jurisdição nos processos em que Tércio funcionou como perito judicial.

(D) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funcionou como perito judicial.

(E) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atuou como perito judicial.

2. (2024)

Tendo em vista as causas de impedimento, suspeição e incompatibilidade previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Uma vez que o Ministério Público, no processo penal, é titular da ação penal pública e atua como parte interessada, a ele não se aplicam as regras de suspeição e impedimento.

(B) O juiz que, anteriormente à investidura, atuou no processo como auxiliar da justiça não está impedido de exercer jurisdição no feito, já que a vedação é restrita às funções de advogado, promotor de justiça, delegado de polícia, perito e testemunha.

(C) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo juizes que forem parentes consanguíneos entre si, em linha reta ou colateral, inexistindo proibição, contudo, quanto aos que forem parentes afins, em linha colateral.

(D) A dissolução do casamento não faz cessar a causa de impedimento decorrente de parentesco por afinidade, ainda que ausente descendente. Contudo, faz cessar a causa de suspeição, ainda que sobrevier descendente.

(E) O desembargador do Tribunal não poderá atuar em julgamento de recurso contra decisão proferida em processo em que ele próprio, atuando como juiz de primeiro grau, tenha se pronunciado sobre questão de fato ou de direito.

3. (2024)

Nos termos do Código de Processo Penal, Tício, diretor do cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca X, sendo amigo íntimo de Caio, réu em processo penal que tramita na respectiva Vara,

(A) poderá atuar no feito, haja vista que apenas as causas de impedimento do juiz são extensivas aos serventuários e funcionários da Justiça.

(B) não poderá atuar no feito, em razão de se tratar de causa de suspeição de juiz, extensiva aos serventuários e funcionários da Justiça.

(C) poderá atuar no feito, haja vista que as causas de suspeição e impedimento do juiz são extensivas apenas aos serventuários da justiça, e não aos funcionários da Justiça.

(D) não poderá atuar no feito, em razão de se tratar de causa de impedimento de juiz, extensiva aos serventuários e funcionários da Justiça.

(E) poderá atuar no feito, haja vista que as causas de impedimento de juiz são extensivas apenas aos membros do Ministério Público e aos peritos oficiais.

4. (2023)

Tendo em conta as regras de impedimento e suspensão, previstas nos artigos 252 a 258, do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O promotor de justiça não poderá atuar em processos em que tenha figurado como advogado de qualquer das partes, podendo, no entanto, atuar naqueles em que figurou como testemunha ou informante.
- (B) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, estiver respondendo a processo análogo.
- (C) O juiz não poderá atuar em processo em que ele próprio tenha figurado como advogado de qualquer das partes, não se aplicando o impedimento, no entanto, se a atuação como advogado é de parentes seus, por afinidade.
- (D) As causas de impedimento e suspensão decorrentes do parentesco por afinidade não cessarão com a dissolução do casamento, se houver filhos menores, cessando, no entanto, se inexistir filhos ou, se existir, já tenham atingido a idade adulta.
- (E) Não poderão figurar no mesmo processo, em juízos coletivos, juízes que sejam parentes entre si, ainda que afins, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau.

5. (2023)

Nos termos do artigo 252 do CPP, o juiz fica impedido de atuar e não poderá exercer a jurisdição no processo se

- (A) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- (B) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (C) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- (D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- (E) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

6. (2022)

O juiz se declarará impedido se

- (A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- (B) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- (D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

7. (2021)

A respeito do impedimento e da suspeição do Juiz, é correto afirmar que

- (A) as causas de impedimento e suspeição do Juiz não se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.
- (B) as causas de impedimento estão relacionadas ao animus subjetivo do juiz quanto às partes; enquanto as de suspeição referem-se a vínculos objetivos do Juiz com o processo.
- (C) o Juiz restará impedido de atuar no processo se ele ou seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes estiverem respondendo a processo por fato análogo.
- (D) mesmo dissolvido o casamento, ainda que sem filhos em comum, o Juiz não poderá figurar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.
- (E) o Juiz restará suspeito para atuar em processo em que o próprio já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

8. (2024)

A respeito da figura do acusado e do defensor, é correto afirmar:

- (A) a ausência do defensor à audiência previamente designada, ainda que justificada, não implicará adiamento do ato; entretanto, o juiz nomeará defensor dativo para representar o acusado.
- (B) parente do juiz não poderá figurar como advogado do acusado; tal impedimento não se aplica, contudo, ao defensor público.

(C) o defensor público que, sem justo motivo, abandonar a defesa do acusado, responderá por infração disciplinar perante o próprio juízo criminal.

(D) em caso de abandono do processo pelo defensor, em não sendo localizado o acusado para constituir um novo, o juiz nomeará defensor público ou advogado dativo para a sua defesa.

(E) nenhum acusado ausente será processado ou julgado sem defensor; o foragido, contudo, sim.

9. (2023)

Tício, estudante de direito, é réu em ação penal, tendo sido assistido por defensor público, ao longo de toda a instrução. Absolvido pelo Juízo de Primeiro Grau, o Ministério Público recorreu. Tício, nessa ocasião, já era advogado, devidamente habilitado junto ao órgão de classe, tendo ele próprio apresentado as contrarrazões ao recurso do Ministério Público, para a manutenção da sentença absolutória. Diante da situação hipotética e nos termos dos artigos 261 a 267 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

(A) Ainda que Tício tenha sido assistido por defensor público, não há qualquer vedação legal para que ocorra a substituição por defensor particular, sendo ainda permitido que ele mesmo exerça a própria defesa, já que habilitado.

(B) Embora seja permitido ao acusado, se habilitado, exercer a própria defesa, tendo Tício sido assistido por defensor público ao longo do processo, é vedada a substituição por defensor particular, na fase recursal.

(C) Ainda que advogado, devidamente habilitado, por expressa vedação legal, Tício não pode exercer a própria defesa.

(D) Tendo sido a defesa de Tício exercida por defensor público, ao longo do processo, por expressa disposição legal, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

(E) Tício, ainda que advogado, não pode exercer a própria defesa; ademais, tendo sido defendido por defensor público ao longo do processo, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

10. (2023)

Assinale a alternativa **correta** com relação às normas dos artigos 261 a 267 do CPP.

(A) Dispensa-se curador ao acusado menor, desde que acompanhado de advogado.

(B) A ausência do defensor, ainda que justificada, não pode resultar no adiamento da audiência, que seguirá mediante a nomeação de advogado dativo.

(C) É direito do acusado nomear defensor particular de sua confiança, contudo, poderá o juiz recusá-lo diante da incapacidade técnica do profissional.

(D) Ao defensor público ou dativo é facultado deixar de apresentar manifestação fundamentada, tendo em vista que não tem relação de confiança com o acusado.

(E) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

11. (2022)

Tendo em conta as disposições relativas aos peritos e intérpretes, constantes do Código de Processo Penal, é **correto** dizer que

(A) uma vez nomeado pela autoridade, o perito é obrigado a aceitar o cargo.

(B) não se aplicam aos intérpretes as causas de suspeição dos juízes, aplicando-se, contudo, aos peritos.

(C) tanto o perito quanto o intérprete são passíveis de condução determinada pela autoridade, caso não atendam à intimação, sem justa causa.

(D) não se aplicam aos peritos as causas de suspeição dos juízes.

(E) podem figurar como peritos os maiores de 18 anos, sendo vedados, no entanto, os analfabetos.